

---

# Significados e possibilidades da participação juvenil: uma experiência construída a céu aberto

ANA AMÉLIA DE PAULA LABORNE\*

FRANCISCO ANDRÉ SILVA MARTINS\*\*

---

## Resumo

*Pensando no papel do jovem como protagonista de sua ação, tomamos como referência para este artigo a análise de uma experiência de participação juvenil construída com base na demanda espontânea de jovens frequentadores de uma oficina do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, na região do Palmital, Santa Luzia-MG. Refletimos sobre importantes aspectos em torno das experiências vivenciadas no cotidiano de jovens participantes de uma oficina de futebol do referido programa, em interlocução com autores ligados à discussão da participação juvenil que irão compor o arcabouço teórico. Em certa medida, as análises dessas experiências apresentam indícios de construções sobre as possibilidades de participação social da juventude contemporânea.*

**Palavras-chave:** Juventude. Participação dos jovens. Inclusão social.

---

\* Doutoranda em Educação pela FaE-UFMG. Membro do Programa Ações Afirmativas da UFMG. Ex-técnica do Programa de Controle de Homicídios *Fica Vivo!*

\*\* Mestre em Educação pela FaE-UFMG. Membro do Observatório da Juventude UFMG. Professor de História da Rede Estadual de Educação Pública do Estado de Minas Gerais.

Este artigo surgiu de discussões em torno da participação juvenil estabelecidas entre uma ex-técnica do programa de controle de homicídios *Fica Vivo!* e um professor da Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais, cujo objeto de pesquisa de mestrado foi a participação social de jovens. Muitas foram as reflexões até a composição deste trabalho. Suposições e hipóteses que se confrontaram com o empírico em busca de respostas para inquietações suscitadas pela prática. Assim, no texto, caminhou-se no sentido de refletir sobre importantes aspectos em torno das experiências vivenciadas no cotidiano de jovens pobres participantes de uma oficina de futebol do referido programa em interlocução com autores ligados à discussão da participação juvenil que irão compor o arcabouço teórico.

O *Fica Vivo!* emerge em um contexto de mudanças. Na década de 1990, com o aumento expressivo dos fenômenos violentos no País e o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, alguns estudiosos e o Poder Público começaram a repensar a reorganização do sistema de Segurança Pública. No Estado de Minas Gerais, diante de uma realidade crescente de violência e criminalidade, os órgãos responsáveis se viram com a difícil tarefa de pensar outro modelo para Segurança Pública.

Nesse contexto, surgiram, em âmbito estadual, as políticas de prevenção à criminalidade cuja diretriz fundamental é o conceito de defesa social. Entre essas políticas, destaca-se o referido programa cujo objetivo principal diminuir os índices de homicídios nas áreas atendidas. Para tal, tem como público jovens de 12 a 24 anos, moradores de regiões vulneráveis do Estado, onde os índices de homicídios são crescentes. (CARVALHO, 2009)

O programa foi inaugurado oficialmente no Palmital em 14 de março de 2005 e instalou-se em um equipamento de base local denominado Núcleo de Prevenção de Criminalidade (NPC), espaço físico que recebe as diversas atividades dos programas de prevenção. Segundo moradores da região, a aceitação foi imediata,

e os jovens buscavam constantemente a equipe técnica para se inscreverem nas oficinas oferecidas. Durante o primeiro ano, o NPC Palmital atendia, em média, 545 jovens, aumentando a cada ano juntamente com a ampliação da política em todo Estado, até atingir a média de mais de mil jovens em 2008<sup>1</sup>.

Pensando no papel do jovem como protagonista de sua ação, tomamos como referência para este artigo uma experiência de participação juvenil construída com base na demanda espontânea de jovens frequentadores de uma oficina de Futebol de Campo do programa *Fica Vivo!* A referida oficina acontece desde 2008 e em 2009 contava com aproximadamente cem jovens frequentes. Diante da grande demanda, a equipe técnica, juntamente com osicineiros responsáveis, optou por dividir essa oficina por faixa etária com o intuito de facilitar a organização e o desenvolvimento das atividades. Em um dia determinado da semana jogavam os jovens mais novos (até 15 anos) e, em outro dia, os jovens mais velhos (acima de 16 anos). Apesar dessa divisão, os técnicos continuaram a perceber grande demanda, principalmente no que diz respeito ao horário dos jovens mais novos, o que dificultava enormemente aosicineiros responsáveis a organização da oficina.

É importante ressaltar que a proximidade entre o local da oficina e o NPC tornou possível um acompanhamento mais próximo das atividades e dos jovens. Talvez exatamente por essa proximidade, cerca de 30 jovens do grupo dos mais novos chegaram ao NPC com demandas em relação à oficina. A forma de aproximação desse grupo foi marcada por práticas singulares. Inicialmente, os jovens se preocuparam em saber quem seriam os responsáveis pelo acompanhamento das oficinas. Ao saber da existência de uma coordenação, logo solicitaram uma reunião. Diante da impossibilidade de a equipe se reunir com todo o grupo, os jovens nomearam uma comissão com quatro integrantes para representá-los.

<sup>1</sup> Dados produzidos pela equipe técnica do programa *Fica Vivo!* na região do Palmital.

Essa comissão foi recebida pela equipe e apresentou suas demandas: gostariam de saber por que a oficina não estava acontecendo nos dias definidos. Além disso, queriam também entender quem definia qual o lanche era oferecido, uma vez que estavam se sentindo preteridos pelo tipo de lanche que recebiam. Outro ponto que questionavam era o fato de os oficineiros só organizarem campeonatos para os mais velhos.

A equipe técnica se mostrou surpresa com a situação apresentada pelos jovens, bem como com a organização deles. É impossível não considerar tal experiência interessante, uma vez que as oficinas podem ser entendidas como espaços de aprendizagem e socialização que incentivam os jovens a buscar possibilidades de atuação como sujeitos em suas comunidades.

Essa organização dos jovens suscita algumas questões no que concerne à participação deles e suas nuances, principalmente em um momento em que a juventude tem sido caracterizada pela extrema acentuação de traços individualistas, apatia política e desinteresse nas relações com a esfera pública. (SPOSITO, 1999)

Talvez a experiência apresentada neste artigo sinalize uma perspectiva que dialoga com os estudos de Rua (1998) quando afirma, citando Garcia e Abramovay (1998), que existe a disposição dos jovens para atuar socialmente, mas faltam canais novos de participação sem os vícios das instituições tradicionais. E muitas vezes essa disposição, ou potencial de mudança e ação coletiva, se expressa em “espaços coletivos construídos para a expressão da sua identidade” (RUA, 1998, p. 747) que nem sempre se orientam por formas socialmente aceitas. Caminhando ao encontro dessas considerações, Sposito (1999, p. 81) ressalta:

Fenômenos como o *rap*, o *funk* e a prática da pichação ou do grafite algumas vezes podem ser expressões da violência ou da delinquência juvenil e da ausência de movimentos coletivos como, também podem, em outras situações, desvelar o seu contrário, ou seja, a formação de novos atores coletivos.

Apatia ou uma nova forma de manifestar-se? As letras de *rap* e *funk*, os grupos de dança, o grafite, dentre outras manifestações, permitem, muitas vezes, que os jovens se mostrem, se reconheçam e, assim, constituam a própria identidade como sujeitos da própria história. Pensando nessas novas possibilidades de participação, passamos a compreender as vivências propiciadas por essa oficina como um desses espaços.

Diante daquele movimento singular, o retorno possível por parte dos técnicos era dizer aos jovens que a equipe teria uma conversa com osicineiros para entender o que estaria acontecendo. Foi marcado com a comissão na semana seguinte no NPC para que, com base na conversa com osicineiros, fossem criadas estratégias para solucionar as questões apresentadas.

A conversa com osicineiros revelou que, como estávamos no período de chuva, em alguns dias era impossível que a oficina acontecesse, uma vez que os jovens poderiam se machucar por causa do campo escorregadio. Quanto ao lanche, osicineiros diziam que realmente não estavam diversificando o que era oferecido. Acordamos que osicineiros deveriam oferecer, pelo menos uma vez por semana, um lanche mais completo. No que diz respeito à ausência de campeonatos para os mais jovens, osicineiros reconheceram que há muito não os organizavam para os mais novos e se comprometeram a fazê-lo para o grupo no mês seguinte.

Conforme combinado, a comissão compareceu ao NPC no dia e hora marcados. A equipe técnica conversou com os jovens e relatou as propostas apresentadas pelosicineiros. Nesse momento, entendemos que a mediação foi fundamental para que os jovens pudessem entender que havia questões, no caso, o campo escorregadio nos dias chuvosos, que não dependiam dosicineiros. Essa, na verdade, era uma determinação da equipe técnica que garantiria a própria segurança dos jovens. No entanto, a possibilidade de alteração do lanche e da realização de um campeonato

para os mais novos foi entendida como uma conquista, resultante da reivindicação à equipe técnica.

O processo no qual se estabeleceu a interação entre os jovens que se viam preteridos de seus direitos e a equipe técnica sinaliza um mecanismo importante para as experiências participativas de jovens inseridos em programas sociais. No mesmo sentido, Boaventura (1996) chama atenção para o caráter pedagógico existente no conflito, na divergência, no ato de se colocar em conflito e em defesa de uma posição. Assim, o processo participativo está também ligado à divergência; mais do que isso, ao entendimento do que se diverge e de quem se diverge.

Ressalte-se que a participação também demanda a capacidade de lidar com a negação e tal situação pode funcionar como parâmetro para a delimitação de fronteiras e a percepção de instâncias de atuação. Nesse sentido, a forma de estabelecer a discussão também é de vital importância. Negociar e ouvir a posição dos técnicos foi um facilitador no atendimento das demandas. Dessa forma, entendemos que a ação do jovem é determinada pelas condições que ele vive. Sua atuação na sociedade envolve, portanto, as experiências do cotidiano.

No que concerne à participação do jovem nas instâncias sociais, ecoa do discurso social a construção de uma representação de contornos fatalistas, ou seja, o da juventude atual, simplesmente tratada como alienada e desinteressada (SPOSITO, 1997, 2000; DAYRELL, 2003, 2007; ABAD, 2004; ABRAMO, 2004). O jovem acaba assumindo uma culpa que ultrapassa sua responsabilidade: “Muitas vezes há um exagero quando se denuncia a ‘apatia juvenil’ e se deixa de perceber que a ‘crise de participação cidadã’ é fenômeno social ampliado que atinge todas as faixas etárias da população” (IBASE, 2006, p. 8)<sup>2</sup>. Abramo (2004) ressalta que os estigmas socialmente construídos em relação ao jovem, pelo lugar que ocupam na opinião pública, afetam diretamente as

<sup>2</sup> Pesquisa realizada entre julho e novembro de 2005, referente a um levantamento estatístico feito por meio da aplicação de um questionário a 8 mil jovens para a caracterização de perfis e, posteriormente, por um estudo qualitativo baseado na metodologia Choice Work Dialogue Methodology – grupos de Diálogo no qual 913 jovens debateram sobre a participação do jovem em sete regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal.

possibilidades de esses mesmos jovens atuarem na sociedade em questão, principalmente se tomarmos como parâmetro a juventude de periferia.

No entanto, a participação se pensada em uma perspectiva mais ampla nos oferece elementos para perceber uma variedade considerável de situações possíveis. Muitos são os significados atribuídos a essa pequena palavra. Muitas vezes, o problema da pluralidade de significados atribuídos à participação é sanado mediante a utilização de adjetivos que passam pela participação política, social, cidadã, juvenil, estudantil, dentre outras. Esses adjetivos podem ser de grande utilidade de acordo com os caminhos tomados. Todavia, a utilização dos adjetivos como delimitadores de fronteiras de segurança não torna a questão de tão simples resolução ou garante o impedimento de problemas posteriores. Tratando-se de participação, especificamente, Bobbio (2000, p. 888) mostra que

o termo participação se acomoda também a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte nalguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque.

Tomando como base a participação dos jovens no contexto social, no senso comum, construíram-se representações que se solidificaram com o passar do tempo e acabaram se tornando paradigma de participação. A atuação da juventude das décadas de 1960 e 1970 assumiu no imaginário coletivo a tipificação do que seria um ideal do exercício participativo.

Atualmente, ainda tende a prevalecer a figura do jovem participativo alicerçada em experiências do passado, um anacronismo que desconsidera singularidade e particularidade. A juventude como categoria social e historicamente construída ganha contornos próprios de acordo com o contexto em que se encontra inserida. Nesse sentido, os jovens da atualidade vivem problemas do seu

tempo que refletem suas experiências e vivências, e, conseqüentemente, entendem a participação com um olhar específico.

Na década de 1960 a representação que se construiu em torno de ser jovem participativo estava quase que obrigatoriamente ligada à condição de ser estudante, com destaque para os estudantes universitários. Contudo, ressalte-se que esses jovens eram, na realidade, uma pequena parcela da juventude brasileira no momento em questão. Eram jovens, em sua maioria, da classe média, que conseguiam galgar a universidade.

Hoje em dia, ser jovem participativo na sociedade suplanta a condição estudantil exclusivamente. Se nos mantivermos presos ao paradigma da juventude participativa da década de 1960, tendemos a referendar o senso comum e desconsiderar práticas de participação importantes que emergem das vivências dos jovens na contemporaneidade, tais como as experiências apresentadas neste trabalho.

Assim, pensando no contexto atual, um paralelo possível de ser estabelecido é o da sociedade como uma peça teatral. Na nossa sociedade, assim como no teatro, existem diferentes instâncias de participação e atuação: a direção da peça, o cotarrega, o produtor, os atores e os espectadores, instâncias distintas e hierarquizadas, possibilidades singulares de acordo com o papel que se ocupa.

No momento da encenação os atores principais são o destaque, têm as maiores falas e aparecem na maioria das cenas, conduzem o espetáculo. Os atores coadjuvantes, muitas vezes, nem mesmo têm direito à fala, ocupam o canto do palco, servem de suporte para os atores principais, porém constituem parte importante do espetáculo e devem ser considerados. Pensar a sociedade como uma peça teatral é reconhecê-la como uma arena de disputas em que o poder é almejado por todos. Contudo, esse objeto de desejo está distribuído de forma desigual entre aqueles que se envolvem no digladio. (FOUCAULT, 2007)



Nesse contexto, uma análise possível é a do jovem contemporâneo visto como um ator coadjuvante, que na disputa estabelecida na arena relacional é bombardeado a todo instante com cobranças várias. Ele será o potencial ator principal da peça vivida pelas gerações vindouras, quando passar a ocupar o papel de adulto, mas para isso deverá, no mínimo, apropriar-se dos mecanismos de atuação da sociedade na qual está inserido. Esse jovem que é cobrado em seu processo de atuação social é também potencial promotor de mudanças, um dinamizador da sociedade em questão. Todavia, percebe-se uma dissonância entre o que a sociedade idealiza como correto para as práticas dos jovens e o que eles almejam para si.

Retomando as discussões em torno das definições apresentadas para o ato de participar, nos remetemos ao dicionário (FERNANDES *et al.*, 1993), que apresenta uma variedade de significados para tal ato: saber, anunciar e comunicar, tomar parte ou associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento. Dentre esses, a participação por associação pelo pensamento e sentimento nos parece mais condizente com o que entendemos por participação neste trabalho. Nesse sentido, vislumbramos o ato de participar como remetente à ação sem, contudo, se desprender do pensar e sentir. Há uma identificação e o vínculo se dá por questões maiores do que simplesmente fazer parte. Na experiência relatada, pudemos observar a operacionalização da participação na prática cotidiana desses sujeitos.

Nessas experiências, percebemos o processo no qual os jovens, gradativamente, conscientizaram-se de que quando a negociação com os próprios oficinairos não era possível, haveria uma alternativa para contornar o problema. À medida que o diálogo se tornou uma alternativa viável, a comissão constituída pelo próprio grupo de jovens de forma espontânea assumiu um caráter singular de representatividade e posicionamento perante a equipe técnica e o programa. Diversas foram as situações em que essa comissão

recorreu aos técnicos para solucionar suas demandas. Ao mesmo tempo, os técnicos observaram que esse grupo construiu, processualmente, relativa autonomia para gerenciar conflitos na própria oficina.

Esse é um processo paulatino no qual o posicionamento dos jovens no cerne das questões levantadas torna-se um marco que delimita o convívio com lógicas diferenciadas. A participação nos parece reflexo de um processo gradual, de avanço e retrocesso, em que se alcança degrau por degrau. Tudo isso parece estar ligado a um amadurecimento que possibilita a apreensão de conhecimentos, práticas, ações, que auxiliam na formação pessoal, um aprendizado vivido e que fica para toda a vida. Ultrapassar os estereótipos e reconhecer a virtude das pequenas ações e de seus sujeitos demanda tempo e um olhar apurado para o que parece não existir.

Com base nas reflexões em torno desse relato de experiência, acreditamos que as oficinas, entendidas como espaços privilegiados de convivência juvenil, de aprendizagem e socialização, podem fomentar diferentes estratégias de atuação desses jovens. Dessa maneira, as análises dessas experiências nos apresentam indícios de construções em torno das possibilidades de participação da juventude contemporânea.

---

**MEANINGS OF AND POSSIBILITIES FOR YOUTH PARTICIPATION: AN EXPERIENCE BUILT OUTDOORS**

**Abstract**

*On thinking about the role of youths as protagonists of their action, we refer in this article to an analysis of an experience of youth participation based on the spontaneous demand for young participants in workshops of the Stay Alive! Homicide Prevention Program in the region of Palmital, Santa Luzia-MG. We reflect on important issues around the everyday experiences of young participants in a soccer workshop of the aforementioned program, in dialogue with authors linked to the discussion of youth participation that will compose the theoretical framework. To some extent, the analysis of these experiences shows evidence of building on the possibilities of social participation of contemporary youth.*

**Key words:** Youth. Youth participation. Social inclusion.

**LE SENS ET LES POSSIBILITÉS DE LA PARTICIPATION DES JEUNES: UNE EXPÉRIENCE CONSTRUITE À CIEL OUVERT**

**Résumé**

*En partant du principe que le jeune est le protagoniste de ses propres actions, on a pris comme référence pour cet article l'analyse d'une expérience de participation juvénile construite à partir de la demande spontanée de jeunes qui fréquentent un atelier du Programme de Contrôle d'Homicides Fica Vivo!, dans la région du Palmital, à Santa Luzia-MG. On réfléchit sur des aspects importants concernant les expériences quotidiennes des jeunes participant à un atelier de football du programme mentionné; on examine également des auteurs qui contribuent au débat sur la participation des jeunes. D'une certaine façon, les analyses de ces expériences présentent des indices de construction sur les possibilités de participation sociale de la jeunesse contemporaine.*

**Mots-clés:** Jeunesse. Participation des jeunes. Inclusion sociale.

Recebido em 22/5/2010

Aprovado em 6/6/2010

---

## Referências

- ABAD, Miguel. *Possibilidades e limites da participação juvenil para o impacto na agenda pública*. Recife: Projeto Redes de Juventude, 2004.
- ABRAMO, Helena. *Participação e organizações juvenis*. Recife: Projeto Redes de Juventude, 2004.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Ed. UnB, 2000.
- CARVALHO, Fernanda de Paula. *Programa Fica Vivo! no Palmital: os jovens atendidos e suas percepções sobre o programa*. Monografia (Especialização em Políticas Públicas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes?: reflexões em torno da socialização juvenil. In: VIEIRA, Maria Manuel (Org.). *Atores educativos: escola, jovens e mídia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. v. 44, p. 191-229.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 5-6, n. 24, set./dez., p. 40-52, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2007.
- IBASE. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas: relatório global*. Rio de Janeiro: Ibase, 2006.
- PARTICIPAR. In: FERNANDES, Francisco et al. *Dicionário brasileiro*. São Paulo: Globo, 1993.
- RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. p. 731-752.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação: juventude e contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 5-6, n. 5, p. 37-52, 1997.
- SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e educação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, p. 7-14, 1999.
- SPOSITO, Marília Pontes. *Juventude e escolarização (1980/1998)*. Brasília: MEC/INEP, 2000 (Série Estado do Conhecimento).